

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Cuiabá/MT

Data: 02/10/2025

Local da realização da atividade: Auditório do Museu Rondon de Arqueologia e Etnologia - UFMT

Relator (es): Gabriela Rangel; Laís Queiroz

*Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:
snpc@iphan.gov.br*

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Digitalização dos sistemas e serviços (inacessíveis a parte da comunidade)	
Sistema jurídico-administrativo brasileiro	Incluir associações e representações sem CNPJ
Ausência de estratégias e metodologias para coesão de detentores	
Fragmentação entre práticas cotidianas, detentores e os bens patrimonializados	Reconhecer práticas sociais cotidianas como parte da salvaguarda do patrimônio
Formalização das associações	
Acesso aos editais	Busca ativa
Burocracia excessiva que dificulta o acesso aos editais dos povos indígenas e quilombolas	Flexibilidade
Descomprometimento da sociedade civil em geral, principalmente fazendeiros e comerciantes.	Envolver os comerciantes e fazendeiros locais.
	Envolver estados e municípios na pauta do patrimônio cultural.
	Aproximação das comunidades pelo IPHAN
Inacessibilidade aos editais (internet)	Levar em conta especificidades da comunidade
	Levar em conta especificidades do território
Falta de reconhecimento do patrimônio imaterial – dos mestres de cultura.	

<p>Desentendimento pelo poder público acerca do patrimônio cultural imaterial e material, como falta de formação, material informativo .</p> <p>Descompreendimento do poder público sobre as proposições de ações sobre a preservação do patrimônio cultural</p>	<p>Avanço do PAR como forma participativa na definição de recurso</p>
<p>Desigualdade regional impacta na forma como pequenos municípios constroem suas políticas públicas para o patrimônio. Necessidade do Iphan de sensibilizar gestões municipais dos interiores. Como podem ser as ações afirmativas para as comunidades e povos tradicionais. Como trabalhar em locais que o patrimônio cultural está invisibilizado.</p>	<p>Trabalho junto ao Sistema MinC para atuar nos territórios que necessitam de sensibilização das gestões municipais sobre a implementação dos PAR/PNAB.</p>
<p>Existe uma tentativa de apagamento acerca dos povos originários o que impede a destinação de políticas eficazes a essa população</p>	
<p>Somente os bens culturais registrados são tratadas como foco da política, invisibilizando outras práticas e a diversidade de saberes dos povos indígenas</p>	<p>Diversas práticas cotidianas são bens culturais</p>
<p>Falta de recursos para execução dos inventários participativos</p>	
<p>Ausência de instrumentos e mecanismos de como a sociedade civil trabalha com a juventude e garantir a transmissão geracional</p> <p>“Como garantir que a sabedoria dos mais velhos seja registrado e transmitido?”</p>	<p>Utilização da internet e da digitalização para sensibilização dos jovens sobre o patrimônio cultural e saberes tradicionais</p>
	<p>Realização de oficinas pelos detentores com jovens para transmissão de saberes. Necessidade de apoio do poder público para manutenção das atividades.</p>

Desprezo aos mestres mais antigos, que não são contemplados nos editais. Falta de reconhecimento sobre os trabalhos de mestres dedicados durante décadas à cultura popular.	
Falta de instrumentos de valorização da propriedade intelectual inerente ao “saber fazer” ao “ofício” dos mestres e mestras.	
	Garantir a execução dos Planos de Salvaguarda, envolvendo os diferentes atores envolvidos em sua construção; Fortalecer os instrumentos de cooperação para otimização de recursos e esforços para a execução dos planos e preservação e salvaguarda
Perspectiva restrita a políticas de governo, ao invés de se investir em políticas de estado, o que não garante perenidade nas políticas de preservação	Construção de sistema permite pensar em ações de curto, médio e longo prazo
Falta da vontade política para implementar as políticas. Já existe entendimento comum sobre a relevância do Patrimônio Cultural, entretanto falta ações efetivas de desburocratização para acesso dos detentores.	
Casas abandonadas nos Centros Históricos, como no Centro de Cuiabá, com a destruição de prédios para a construção de estacionamentos. Marginalização das demandas da comunidade.	Necessidade pensar em programas sobre habitação social, de ocupação social desses espaços.
	Criação de cronogramas de atividades e devolutivas junto às comunidades acerca das políticas e programas que estão sendo implementados. Acompanhamento contínuo pela sociedade.

	Organizar a ocupação territorial para a efetiva democratização do espaço.
Cobrança apenas sobre o Iphan, sendo que existem outros entes com responsabilidades sobre o Patrimônio Cultural.	Cumprimento constitucional sobre o dever do Estado ser comum entre União, estados e municípios.
“Quem cuida do patrimônio arqueológico?” Muitos patrimônios destruídos antes mesmo de serem conhecidos. Atuação do Iphan com poucos parceiros. Ausência de políticas públicas e profissionais do estado e do município para atuar no território.	Que as estruturas estaduais possuam profissionais de arqueologia para atuar na pauta. Avaliar a cerca do curso de arqueologia na Universidade Federal do Mato Grosso como meio de garantir a formação de profissionais no campo e o incentivo a pesquisas locais.
	Construção de um Plano de Salvaguarda para a Gruta.
Ausência do INCRA na discussão de programas e políticas intersetoriais sobre patrimônio cultural.	
“Há lugares que a discussão do Patrimônio não está chegando e outros que nunca chegou.”	Necessidade de ações de educação patrimonial nos espaços escolares para sensibilização dos jovens; ações nos bairros para mobilizar as comunidades acerca de patrimônios reconhecidos e seus próprios patrimônios.
Dificuldade de acesso à internet, faz-se a necessidade de realizar trabalho de ir aos territórios e fazer um trabalho de sensibilização “cara a cara”.	Mobilizar núcleos comunitários que já são atuantes, que já estão fazendo intermediação junto às comunidades. Um exemplo são os núcleos de extensão universitários que podem organizar grupo de pessoas para realizar conversas e processos de sensibilização acerca do patrimônio.
	Maior difusão dos Mapas da Cultura, que não apenas pelo meio digital, para garantir acesso às informações sobre os editais, os mapeamentos de agentes culturais etc.
Falta de recursos humanos no Iphan para trabalhar nos processos de	

<p>salvaguarda dos bens culturais registrados, assim como para dar conta de outras demandas relacionadas ao licenciamento ambiental e outras pautas do patrimônio. Ausência de concursos públicos para a área da Cultura, o que gera falta de profissionais especializados para atuar de forma qualificada. Descontinuidade de políticas públicas por ausência de servidores da cultura.</p>	
<p>Equipamentos culturais subutilizados pela falta de profissionais especializados, como museólogos, arqueólogos, conservadores, etc.</p>	<p>Implantação da Carreira da Cultura nos Estados, com implementação de concursos públicos.</p>
<p>Dificuldade das prefeituras em levar a cabo os editais de fomento, de executar os editais, fazer os termos de referência. Muitas vezes o Iphan não consegue prestar assistência técnica para auxiliar</p>	<p>Promover capacitação e formação junto ao corpo de servidores dos municípios para execução de projetos;</p>
	<p>Maior articulação interfederativa entre governo federal, estados e municípios para melhor execução dos recursos.</p>
<p>Desconhecimento dos getores estaduais e municipais acerca dos editais e programas de políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal</p>	
<p>Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização</p>	
Desafios	Oportunidades
<p>Quebrar o estigma em relação à população LGBTQIAPN+</p>	<p>Reconhecimento da Parada LGBTQIAPN+ como Patrimônio Cultural</p>
	<p>Necessidade de discussão e definição sobre o que é território, para além de pensar nas especificidades, mas os usos e ocupação do espaço. O território (unidade de espaço e tempo) é uma matriz para se pensar o patrimônio cultural. O Iphan deve</p>

	se colocar no espaço de educação, não apenas na perspectiva de conservação de edificações, mas trazer a reflexão e discussão ampla sobre o significado do patrimônio na construção social, a exemplo do Canteiro Modelo. Estados e municípios precisam estar engajados nesse processo.
	Fortalecer ações da sociedade civil que estimulam um outro olhar e narrativa sobre os centros históricos.
	Melhor divulgação dos acervos e ações de preservação do Iphan junto à sociedade.
	Inserção da Viola de Cocho no curso de música da UFMT é um bom exemplo da inserção do saber tradicional no ambiente acadêmico.
	Defesa do PL 1176/2011 de valorização dos mestres e mestras da cultura.
Dificuldade da compreensão dos conceitos de patrimônio cultural pelas comunidades indígenas.	Articular com a Secretaria Estadual executar ações de educação patrimonial junto Plano Político Pedagógico das escolas indígenas nas comunidades.
	Relevância da atuação nas zonas rurais, no campo, nas florestas para além da percepção dos centros urbanos.
	PNGTAQ como fortalecimento da atuação intersetorial.
	Elaboração de editais simplificados para melhor acessibilidade pelas comunidades
	Realizar as oficinas de elaboração de projetos para dar maior acessibilidade aos editais e diversificar o perfil dos proponentes.
	Difundir a Portaria 135/2024 “Tombamento de Quilombos”; Caravana dos Quilombos como mecanismo de difundir o que compreende a portaria, o que significa, as implicações do tombamento etc

	<p>Promoção de ações de educação patrimonial para visibilizar as culturas de grupos sociais historicamente marginalizados; Ações junto a jovens e crianças para promoção de ações educativas visando a transmissão geracional;</p> <p>Estimular a participação de lideranças e representações de povos de matriz africana nos processos de construção de políticas públicas</p>
	Projetos de educação de base, desde o ensino fundamental, é necessário para reflexão sobre o patrimônio cultural
	<p>Pensar territórios também a partir dos corpos. Pensar os aspectos afetivos e sensíveis que tangenciam a construção, preservação e a dinamicidade do patrimônio cultural. Pensar nos corpos que estão ocupando as ruas, os espaços. Ampliar a perspectiva de patrimônio, pensar como esses corpos que transitam, que transmitem saber, também são patrimônio. Alargar a dimensão do território e de patrimônio, pois as práticas patrimoniais acompanham esses corpos. “Geografia do cuidado para pensar o patrimônio”.</p>
	Inserção de ações de educação sobre bens culturais nas escolas.
	Realização de mapeamentos e cartografias sobre os bens culturais.
	Parcerias entre Iphan e sociedade civil como promissora para difusão dos bens culturais. Incentivo à formação e fortalecimento de Associações e outras formas de associativismo para organizar

	os atores e a difusão das práticas culturais.
	Incentivar que as escolas sejam pontos de cultura, espaço para atuação dos mestres e mestras da cultura popular.
	Ampliação de registro e difusão de bens culturais pelos estados e municípios, para valorização dos bens locais, como por exemplo o “modo de fazer rede do vale do rio Cuiabá”.
	“Corpo é território”: maior atuação junto às comunidades e povos tradicionais para visibilizar os bens culturais dessas populações, pensar conjuntamente em ações efetivas; Necessidade de ações que sensibilizem acerca do respeito às práticas tradicionais, que precisam ser preservadas junto aos detentores, aos agentes que detém o saber e são responsáveis pela salvaguarda. Atuação conjunta ao Iphan para implementação de ações de valorização dos bens culturais dos povos de terreiro.
	Regularização fundiária dos territórios das comunidades e povos tradicionais.
	Fortalecimento das escolas da baixada cuiabana por meio da difusão dos bens culturais locais como a Viola de Cocho.
	Construção de protocolos para a consulta junto às comunidades para garantir devolutivas e a difusão de informações consonantes com aquela consentida pela comunidade.
	Garantir e fomentar a cultura local nas festividades locais, impedindo a usurpação por referências de outras localidades ou pasteurizadas.
	Ações de proteção dos terreiros, de modo a fazer um mapeamento das casas de

	Axé. Universidades, como a UFMT, pode ser parceira na elaboração desses mapeamentos e construção de planos de ações de salvaguarda e preservação dos terreiros.
	Simplificar o processo de reconhecimento das técnicas construtivas, saberes e modos de fazer dos grupos sociais historicamente minorizados;
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
	Organizar e fortalecer as ações
	Editais de fomento promovidos pelos entes federativos, que conteemple a diversidade das tipologias dos patrimônios culturais;
	Redes de OSCs que possam auxiliar comunidades para elaboração e submissão dos projetos das comunidades;
	Simplificar e garantir acessibilidade dos editais
	Fortalecimento das Instâncias de Governança Regional (IGRs), para promoção do turismo associado ao patrimônio cultural, como ações de intercâmbio entre agentes culturais de diferentes regiões, para valorização da cultura local/regional.
	Mecanismos legais para que cururueiros recebam pela produção e propriedade intelectual, como “royalties”. Assim como para mulheres indígenas, ter instrumentos para receber pelas artes que produzem
Atravessadores que vendem as artes indígenas por altos valores, enquanto as artistas indígenas não conseguem	Articulação interinstitucional entre FUNAI, Rede de povos indígenas, para que se promova uma cadeia justa, para que os

vender seus produtos pelos mesmos valores	recursos retornem as artistas responsáveis pelas obras
	Instituições públicas e organizadores de eventos públicos podem contatar produtores/ artistas para comporem feiras como forma de democratização dos espaços, promoção da economia criativa
Desconhecimento sobre o que é Iphan, o que o Iphan pode trazer para a comunidade	
	Estabelecer uma rede de detentores, artistas, que possam ser acessadas por organizações públicas e privadas para apresentar os trabalhos;
	Estabelecer espaços fixos para a exposição e venda das produções daqueles detentores que possuam interesse;
	Incentivar as iniciativas empreendedoras dos detentores, com formações realizadas por meio do sistema S, órgãos relacionados à economia criativa e solidária;
Invisibilidade dos bens culturais indígenas e a forma de retorno econômico para as próprias comunidades	Etnoturismo como possibilidade de geração de renda para as comunidades indígenas; Necessidade de articulação entre as políticas do Iphan e da FUNAI ligadas à valorização dos bens culturais dos povos indígenas
	Articulação com os equipamentos culturais municipais para exposição e fruição das artes/ artesanatos indígenas
Necessidade de readequadar e a reavaliar a forma de como o pacote Sebrae de empreendedorismo chega nas aldeias indígenas, importante compreender a dinâmica comunitária para os processos formativos	Articulação e cooperação junto ao SEBRAE para promoção das artes indígenas;
	Compreensão vinculada entre Turismo de Base Comunitária e preservação/

	valorização do patrimônio cultural indígena;
Muitos deixam de fazer seus ofícios, por se tornar economicamente inviável, como o “modo de se fazer rede”. Como se especifica o “saber fazer”? Como manter os significados dos bens culturais frete ao processo de mercantilização?	
	Educação patrimonial voltada para valorização dos ofícios, dos artífices, sobre o saber fazer e como isso constitui identidades, territórios etc. Mapeamento de artesãos e artífices para levantar suas demandas e modos que compreendem como devem ter seus bens socializados
	Qualificar os produtos/artes de forma permanente, junto a instituições que oferecem apoio aos detentores, como o SEBRAE, e por meio da educação patrimonial;
	mapeamento de comunidades, detentores e fazedores de cultura para realização de identificação, de inventários para salvaguarda dos bens culturais;
Turismo predatório e exploratório; metodologias massificadoras que utilizam métodos únicos de especificar, realizar planos de usos, o que muitas vezes não se aplica ao trabalho manual	
Poder público não entende os sítios arqueológicos como pauta positiva, somente como um impedimento a empreendimentos; Muitos sítios arqueológicos sem estrutura para visitação, sem sinalização indicativa e interpretativa	Potencial turístico dos sítios arqueológicos pode dar retorno econômico para as comunidades; Incentivar o poder público estadual e municipal para que invistam na valorização turística dos sítios arqueológico em diferentes locais do Estado; Incentivo às comunidades para

	gerir seus bens culturais para socialização por meio turístico
Como mobilizar recursos como emendas parlamentares para serem destinadas a fruição dos patrimônios culturais? Como mobilizar municípios para definir políticas para promoção da economia do patrimônio?	Criação de um Fórum de Municípios da região para traçar estratégia conjunta sobre o Patrimônio Cultural e a fruição econômica desse patrimônio; O poder público deve aprender com a sociedade civil sobre as práticas de cooperação;
Conceitos criados institucionalmente, com discussões sem participação social, o que ocasiona numa atuação isolada ou de cima para baixo, tutelada.	Criar fundos nas três esferas de governo de financiamento das comunidades e detentores para que eles próprios façam ações de educação patrimonial nas escolas, de modo a gerar renda e ao mesmo tempo difundir os patrimônios culturais;
	Termos de cooperação entre SEBRAE e associações que possuem produtos culturais para venda.
IPHAN entender os conceitos do SEBRAE e SEBRAE entender os conceitos do IPHAN – nem todo detentor é um empreendedor.	Criar canais de conversa mais aprofundados sobre patrimônio, economia e sustentabilidade
	Preservação de sementes crioulas e promoção de quintais produtivos pelo empoderamento das mulheres indígenas e dos povos tradicionais.
Violência de gênero dentro dos territórios indígenas e tradicionais.	Promoção de políticas públicas com perspectiva de gênero dentro do patrimônio cultural.
Invisibilidade racial do patrimônio cultural, não se fala sobre os patrimônios culturais em sua maioria são negros e indígenas;	Letramento racial aos agentes do patrimônio cultural com perspectiva de reparação e redução das desigualdades raciais.
	Relacionar a política de cuidados e patrimônio cultural, compreendendo como o patrimônio feito por mulheres exige a perspectiva de gênero, de como promovem o cuidado junto a suas

	comunidades, e como são valorizadas, como possuem seus direitos garantidos;
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
	Pensar os territórios das comunidades tradicionais como locais de preservação dos biomas (cerrado);
	Políticas indigenistas atreladas à valorização turística do patrimônio cultural como forma de produção de direitos nos territórios indígenas;
Falta de definir a competência durante o processo preventivo dos prédios históricos frente às emergências climáticas; Desconhecimento sobre as competências do Iphan	Necessidade de fazer ações informativas acerca da atuação e limitações do Iphan; Formações junto aos moradores acerca sobre o que deve fazer para prevenção de riscos;
	Canteiro Modelo, parceria Iphan e Universidades Federais, como meio de democratizar recursos entre os moradores dos centros históricos para conservação de suas casas tombadas;
	Atuação conjunta entre as três esferas de governo para ações efetivas, uma vez que existe diversos normativos com atribuições definidas, como Estatuto das Cidades, que impactam a gestão do patrimônio cultural.
	Necessidade de solução de uso das casas dos centros históricos desocupadas, programas que relacionem habitação social e preservação do patrimônio edificado;
	Os órgãos estaduais devem trazer um plano de ação que dialogue intersetorialmente e interfederativamente,

	com as diferentes instituições que tratam sobre patrimônio cultural e cultura;
	Pensar em formas de uso do espaço edificado patrimonializado de modo participativo, junto à comunidade;
Substituição das matérias primas de produção de bens culturais;	Incentivo a um plano de manejo sustentável para reestabelecer às espécies/ culturas impactadas pelo desmatamento;
Pela invisibilidade sobre os bens culturais indígenas, fica difícil identificar o impacto das mudanças climáticas objetivamente nos bens culturais indígenas, embora se reconheça que exista;	Identificar o que essas populações indígenas já executam e que são respostas como adaptação climática nos territórios; Mapeamento de bioindicadores como forma de auxiliar a compreender os impactos das mudanças climáticas; Observar o que será levado/apresentado pelos povos indígenas no âmbito de proposta na COP30;
Povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais já vem sofrendo com as invasões e degradações ambientais que tem impactado seus territórios;	Necessidade de pensar dos impactos sinérgicos e cumulativos das ações de degradação nos territórios PCT;
Nova Lei do Licenciamento Ambiental exclui cerca de metade dos municípios brasileiros da análise do Iphan sobre bens culturais a serem impactados	Judicialização da constitucionalidade da Lei do Licenciamento ambiental que condiciona a participação do Iphan no licenciamento apenas onde tem bens acautelados na ADA E AID
	Implementação efetiva da OIT169, para garantir o direito dos PCTs sobre deliberar acerca das intervenções e impactos em seus territórios;
Oportunismo dos grandes empreendimentos e agentes que só pensam o território pela lógica do lucro, em relação a territórios devastados pelos eventos extremos climáticos, que irão desalojar populações locais, e por	Efetividade dos instrumentos de uso do solo, como Plano Diretor e Estatuto das Cidades, para garantir o direito de populações sensíveis sobre a ocupação desses territórios, para construção de protocolos que garantam a continuidade e

consequência seus patrimônios culturais e modos de vida;	adaptação dessas populações e seus patrimônios culturais frente às mudanças climáticas;